



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção B da 32ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810503

Processo nº **0036616-73.2019.8.17.2001**

AUTOR: JOSIVANIA BARBOSA DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

### DECISÃO

Considerando que a autora reside na **Comarca de Bom Jardim** e a parte demandada responsável pela administração do seguro Dpvt, Seguradora Líder, tem domicílio no **Rio de Janeiro**, tendo o alegado acidente de trânsito ocorrido também no município de Bom Jardim não há qualquer razão jurídica para ajuizamento perante a Comarca do Recife.

O ajuizamento na Comarca do Recife, então, constitui-se em escolha aleatória e juridicamente indevida do local de competência.

Assim, com escopo de garantir o Juízo Natural e evitar fraudes, e inclusive facilitar o acesso da parte à Justiça e produção de provas, declino de minha competência em favor de uma das Varas Cíveis da Comarca de Bom Jardim.

Redistribua-se, mediante as anotações devidas, inclusive na distribuição.

RECIFE, 19 de junho de 2019.

Juiz(a) de Direito







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 32ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0036616-73.2019.8.17.2001  
AUTOR: JOSIVANIA BARBOSA DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**INTIMAÇÃO DE DECISÃO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 32ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 46945635 , conforme segue transcrito abaixo:

*" Considerando que a autora reside na Comarca de Bom Jardim e a parte demandada responsável pela administração do seguro Dpvat, Seguradora Líder, tem domicílio no Rio de Janeiro, tendo o alegado acidente de trânsito ocorrido também no município de Bom Jardim não há qualquer razão jurídica para ajuizamento perante a Comarca do Recife. O ajuizamento na Comarca do Recife, então, constitui-se em escolha aleatória e juridicamente indevida do local de competência. Assim, com escopo de garantir o Juízo Natural e evitar fraudes, e inclusive facilitar o acesso da parte à Justiça e produção de provas, declino de minha competência em favor de uma das Varas Cíveis da Comarca de Bom Jardim. Redistribua-se, mediante as anotações devidas, inclusive na distribuição. RECIFE, 19 de junho de 2019. Juiz(a) de Direito "*

RECIFE, 3 de julho de 2019.

**SAULO CARDOSO DE AZEVEDO MELO**  
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Vara Única da Comarca de Bom Jardim**

Rua Tabelião Manoel Arnóbio Souto Maior, S/N, Centro, BOM JARDIM - PE - CEP: 55730-000 - F:(81) 36382221

**Processo nº 0036616-73.2019.8.17.2001**

**AUTOR: JOSIVANIA BARBOSA DA SILVA**

**RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**

**DESPACHO**

R.H.

1. Defiro a **gratuidade** da justiça (NCPC, art. 98), sem prejuízo da responsabilidade pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência (CPC, art. 98, § 2º), **bem como sem afastar o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas (CPC, art. 98, § 4º).**

2- Tratando-se de direito que não admite autocomposição (NCPC, art. 334, §4º, II) **deixo de designar audiência** e determino **a citação pessoal da parte ré**, por seu representante legal (NCPC, art. 247, III) para responder aos termos da presente ação, **no prazo de 15 dias (contado em dobro – NCPC, art. 183), da forma do art. 335, II c/c art. 231, do NCPC, , bem como ADVERTINDO-A de que se não ofertar contestação, no aludido prazo, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (NCPC, art. 344).**

2. Havendo **contestação, intime-se a parte autora para, querendo, apresentar réplica a contestação (art. 350 e 351, do NCPC)**, no **prazo de 15 dias**, sob pena de preclusão, bem como, e, no mesmo prazo, intime-se as partes para declinarem se pretendem produzir outras provas, indicando-as e especificando sua finalidade, vedado o protesto genérico, **sob pena de indeferimento, ADVERTINDO-AS de que sua omissão importará julgamento antecipado da lide (art. 355, I, do NCPC).**

Bom Jardim, 28 de agosto de 2019.

***Daniel Silva Paiva***

**Juiz de direito**

